

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Pro Hora

Class.: 865

Data: 31.05.85

Pg.: 2

Reservas indígenas do RS em alerta

A inclusão da Reserva Florestal de Irai, onde vivem 126 índios caingangues, entre as 18 áreas gaúchas que serão desapropriadas pelo Governo Federal para fins de reforma agrária colocou em alerta todas as oito reservas indígenas do Rio Grande do Sul contra possíveis invasões de colonos sem terra.

O aviso alerta foi despachado ontem pela manhã para as oito reservas indígenas, que somam 58 mil hectares onde vivem 8 mil índios pelo delegado da Fundação Nacional do Índio (Funai), no Rio Grande do Sul, Irandá da Cunha.

Além desta precaução Cunha também pediu ao comandante da Brigada Militar, em Port. Alegre, coronel Antônio Codornis de Oliveira Filho, que reforce a guarda nas áreas indígenas, em especial em Irai. Segundo o plano de reforma agrária do Governo Federal naquela área — 1.700 hectares — deverão ser reassentadas 180 famílias de colonos.

Cunha diz que houve um equívoco por parte do Governo Federal, incluindo Irai no plano de reforma agrária, porque aquela área é dos índios, acrescentando que recentemente esteve em Irai uma Comissão da Funai, composta por antropólogos e outros técnicos, para fazer o estudo de identificação do local. Este estudo de identificação concluiu que os 1.700 hectares são de propriedade dos caingangues. Estudos semelhantes estão sendo feitos na região de Osório.

Com base na prova de que a Reserva Floresta pertence aos índios, Cunha pediu, ontem, que o "pessoal da Funai de Brasília solicite ao ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, a retirada desta área do plano".

O delegado da Funai foi extremamente prudente quando agiu com rapidez na questão de Irai porque aquela área, bem como a maioria dos 58 mil hectares que são ocupados pelos caingangues no Rio Grande do Sul, localizam-se em regiões de fortes tensões sociais no Estado devido a falta de terras. Um exemplo: a reserva de São João de Irapua — em Miraguaí no Alto Uruguai — são cerca de 12600 hectares de terra de excelente qualidade para agricultura com grandes extensões cobertas por florestas nativas onde vivem pouco mais de 1200 índios. Esta área é cercada por centenas de minifúndios. E a pouco mais de 40 quilômetros existe o acampamento dos colonos sem terra da Estrada da Fortaleza — entre Seberí e Erval Seco.

Mais um motivo: existe áreas indígenas, como as reservas de Inhacorá, em Santo Augusto, e Pei-Kar, em Liberto Balzano, que não foram demarcadas. Além de outros problemas relacionados com a legalização de terras em outras áreas indígenas.

Ribeiro decide manter sigilo sobre as áreas

Sob a alegação de que informações publicadas, a respeito das áreas que serão desapropriadas a fim de implantar a reforma agrária, são prejudiciais, porque geram uma expectativa desfavorável para o trabalhador, que partirá para a invasão de terras e o proprietário defenderá o que lhe pertence, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, negou que já tenha definido as áreas por onde será iniciada a reforma agrária. No entanto, o relatório das áreas de tensão social, que têm prioridade para fins de reforma agrária, segundo o Estatuto da Terra, que foi elaborado por uma das comissões que participou da execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, é oficial e está servindo de base para o ministro Nelson Ribeiro em discussões que vem mantendo com os segmentos envolvidos na questão.

Sobre o mapa, Nelson Ribeiro diz que "há muitas áreas novas de conflito e outras onde os problemas foram solucionados. As áreas serão definidas em planos regionais, que devem estar prontos entre julho e agosto próximo. No relatório foram identificadas algumas regiões, mas não há nada de concreto". Entretanto, fontes do Incra informaram que o ministro não terá como escapar da reforma agrária nas regiões de conflito, pois o Estatuto da Terra dá prioridade a essas áreas, que deverão ser as primeiras a serem desapropriadas. O próprio ministro vem declarando que as áreas conflitantes serão prioritárias para reforma agrária.

De acordo com o mapa, todas as áreas que aguardam a reforma agrária, por questões de conflito, foram identificadas. ~~Em caso, por exemplo, da reserva florestal em Irai, onde o conflito foi solucionado.~~ No entanto, o Governo terá que demarcar as terras indígenas e assentar as 180 famílias que lá se encontram. Também o conflito na Fazenda Pinheirinho, onde foram assentadas 51 famílias, foi resolvido, mas é preciso dar a infra-estrutura necessária a estas famílias.